

Mais uma semana de governo de transição de Jair Bolsonaro e algumas questões começam a ficar mais claras. Não necessariamente melhores, apenas mais claras. Mesmo fazendo esse “parêntese”, mantemos a nossa percepção que o saldo inicial desse período de transição para o novo Governo pode ser considerado positivo. Portanto, vamos usar o Opinião de hoje para analisar as novidades dos últimos dias, indicando o que consideramos positivo e o que pode ser colocado do lado negativo.

Até agora, o grande destaque do futuro governo de Bolsonaro, continua a ser a parte da formação da equipe econômica de Paulo Guedes, tanto para o seu “superministério”, quanto para as autarquias e empresas estatais. No primeiro caso, o destaque fica por conta da manutenção de Mansueto de Almeida na equipe, provavelmente em um cargo semelhante ao que ocupa atualmente, de secretário do Tesouro.

Outro posto chave que vinha atraindo a atenção do mercado, a presidência do BCB, acabou sendo positivo, apesar de não ser o considerado melhor. O preferido para o cargo, era o seu atual ocupante, Ilan Goldfajn, mas, o nome de Roberto Campos Neto foi bem recebido. Apesar de não poder ser considerado um “banqueiro central clássico”, ele tem experiência de mercado, boa formação acadêmica e, a manutenção da atual diretoria para a fase de transição¹, garante a sensação de continuidade do bom trabalho feito sob gestão de Ilan. Importante salientar que, apesar de sempre considerarmos que uma possível aprovação da independência do BCB poderia ajudar na manutenção de Ilan na sua presidência, a sua saída não implica em uma menor probabilidade de que isto ocorra. Posto isso, ainda mantemos a nossa expectativa de que essa matéria seja a grande surpresa positiva do novo Governo, vinda da parte política. Para finalizar, apenas uma curiosidade histórica. A escolha do neto

¹ “A Assessoria de Imprensa do Banco Central informa que os atuais diretores colocaram-se à disposição do presidente indicado Roberto Campos Neto. Em particular, o diretor de Política Econômica, Carlos Viana de Carvalho, já chegou a entendimento com o presidente indicado do BC para permanecer no cargo por tempo considerável”;

de Roberto Campos para presidir o BCB parece a conclusão de um ciclo, uma vez que foi este que, em dezembro de 1964, criou essa autarquia, acabando com a “confusão” de jurisprudências nas questões monetárias entre a SUMOC², o Banco do Brasil e o Tesouro Nacional.

No caso das empresas estatais, os nomes escolhidos para comandá-las seriam vistos pelo mercado como uma indicação de qual seria o nível de autonomia de Paulo Guedes na implementação da sua política econômica liberal. Apesar de, obviamente, as maiores atenções estarem voltadas para as questões fiscais, a prova de fogo para a “conversão” do deputado nacionalista no presidente liberal seria, exatamente o direcionamento dado às empresas estatais. Estas, não só podem ser vistas como uma “tentação” para qualquer governo nacionalista/populista, como sempre entram na discussão quando o tema é um programa de privatização. Aqui também, a despeito da surpresa positiva de Joaquim Levy no BNDES, os nomes escolhidos talvez não fossem a primeira escolha do mercado, mas sinalizaram um viés liberal na administração das empresas e, principalmente, uma autonomia para Paulo Guedes na condução da política econômica, o que realmente nos surpreendeu positivamente. Essa autonomia será o grande trunfo de Guedes, mas também pode ser o seu grande desafio.

Apesar de durante toda a sua campanha, Bolsonaro ter deixado claro que as questões econômicas deveriam ser tratadas com Paulo Guedes, ao qual o próprio acabou nomeando como o seu “Posto Ipiranga”, não se esperava que o superministro tivesse tanta autonomia para montar a sua equipe, principalmente no que tange às empresas estatais. Emblemático nesse sentido, foi o comentário de Bolsonaro ao ser questionado a respeito da escolha de

² Superintendência da Moeda e do Crédito;

Roberto Castello Branco para a presidência da Petrobrás, a empresa estatal que mais mexe com os corações e mentes dos brasileiros: *“É uma indicação do Paulo Guedes, eu estou dando carta branca para ele. Tudo que é envolvido com economia é ele que está aí escalando o time, e eu só - obviamente ele sabe disso - nós estamos cobrando é produtividade. Enxugar a máquina e buscar realmente fazê-la funcionar para o bem-estar da nossa população”*, disse Bolsonaro. Portanto, se Guedes tem carta branca para formar a sua equipe, provavelmente terá também para implementar a políticas econômicas que julgar necessárias, o que abre um caminho auspicioso para que as medidas fiscais necessárias sejam tomadas na direção e na intensidade necessárias. Entretanto, o poder acumulado por Guedes nesse governo de transição pode trazer dois problemas futuros. O primeiro seria o acúmulo de tarefas que ficarão sob a responsabilidade do superministro. Segundo fontes da equipe de transição, sob o guarda-chuva do ministério da Economia, teríamos 6 secretárias a saber: a “secretaria de privatizações”; a “secretaria de arrecadação”; a “secretaria de produtividade e competitividade”; a “secretaria de economia”; a “secretaria de gestão e modernização”; a “secretaria de comércio exterior”. Como podemos notar, certamente haverá conflitos de interesse entre as “secretarias”, conflitos estes que Guedes terá que arbitrar. Isso pode ser positivo se ele conseguir fazer uma coordenação eficiente, uma vez que, todos vão remar na mesma direção. Por outro lado, ele pode gastar tanto tempo arbitrando conflitos que não vai sobrar tempo para o mais importante, pensar as políticas econômicas e ser o porta voz das mesmas.

O segundo problema desse acúmulo de poder, não tem relação direta com Guedes, mas com a composição geral do governo Bolsonaro. O economista não será “o” superministro, mas apenas mais um dentre quatro superministros identificáveis: Sérgio Moro, Onix Lorenzoni,

Gal. Augusto Heleno e o próprio Guedes. Normalmente, tribos com muitos caciques tendem a dar problemas.

Tirando um pouco o foco de Paulo Guedes, mas continuando a observar características do governo Bolsonaro que poderão trazer problemas para a agenda econômica no futuro, temos a estratégia do novo presidente de enterrar a política do “toma lá dá cá” do presidencialismo de cooptação partidária, privilegiando negociações pontuais com as bancadas temáticas, principalmente aquelas conhecidas como BBB (Bala, Boi e Bíblia). O primeiro problema visível dessa estratégia poderá ser visto na eleição da presidência da Câmara. O favorito para ser reconduzido ao cargo seria o atual presidente, Rodrigo Maia. Entretanto, a despeito das questões “filosóficas” sobre o trânsito que Maia tem com os partidos de esquerda, o que está pesando contra a sua candidatura é o tamanho do seu partido, o DEM, na composição do novo ministério. Para uma bancada de apenas 29 deputados, apenas a 9ª da Câmara, o partido já possui 33 dos 13 ministros já anunciados. Ou seja, a questão de pensar em nomes e bancadas, ao invés de partidos, pode até ser uma tentativa louvável de fazer um tipo de política diferente, mas pode cobrar o seu preço em momentos de votações importantes lá na frente. Portanto, devemos olhar atentamente como essa eleição para a presidência da Câmara será conduzida por Bolsonaro, para sabermos qual a chance dessa “nova forma” de fazer política deixar de ser uma solução e passar a ser um problema.

O segundo problema seria meio inevitável. Dado o tipo de suporte dado pelas bancadas temáticas à candidatura de Bolsonaro, era de se esperar que as pautas caras a esses grupos fossem consideradas prioritárias por seus representantes. Isso ficou claro na escolha do

³ Tereza Cristina (Ministério da Agricultura), Onix Lorenzoni (Casa Civil) e Luiz Henrique Mandetta (Ministério da Saúde);

ministro da Educação. O diretor do Instituto Ayrton Senna, Mozart Ramos, poderia ser considerado algo como um Sérgio Moro para o setor, no sentido de ser quase uma unanimidade entre os especialistas em educação, independente da corrente política. Seria uma forma certa de pacificar uma área fadada a gerar muita controvérsia, como seria a pasta da Justiça se não fosse a presença de Moro. Entretanto, a sua indicação foi vetada por um dos Bs (nesse caso a bancada da Bíblia), por ele ter uma visão menos dogmática na questão da “escola sem partido”, uma das suas pautas prioritárias. Mas, o que isso tem a ver com a questão econômica? O problema é que o episódio do ministério da Educação mostrou que, se a agenda econômica é importante para o mercado, temos uma agenda de costumes que é tanto quanto, ou mais importante, para os grupos que deram sustentação à candidatura de Bolsonaro e que se fazem representar no Congresso através das bancadas com as quais o novo Governo quer se sustentar politicamente. Ou seja, como essa pauta de costumes é, no mínimo, tão polêmica quanto a econômica, podemos ver o Governo gastando parte do seu capital político para implementá-la, perdendo tempo e energia que deveria estar concentrada na Reforma da Previdência, por exemplo.

O tempo vai passando e, a nossa conclusão com relação aos passos iniciais do futuro Governo, continua a mesma... as primeiras indicações são, talvez, até mais positivas do que esperávamos inicialmente, principalmente pela autonomia dada por Bolsonaro para a formação da equipe econômica de Paulo Guedes e os ruídos são inerentes a qualquer governo de transição. Entretanto, os ativos brasileiros ainda não incorporaram isso nos seus preços. Os motivos podem ser creditados desde a um cenário internacional mais inóspito, até a um efeito sazonal de menor liquidez natural no final do ano, passando pelo fato concreto de que o investidor estrangeiro ainda espera alguma medida econômica concreta de Bolsonaro na agenda econômica. Isso significa que, para que o Dólar volte para patamares

mais próximos de R\$ 3,70, teremos que ver algum avanço na agenda econômica, que poderia ser a independência do BCB e/ou algum refresco externo, que poderia ser um alívio nas relações comerciais entre EUA e China.

Projeção		
	2018	2019
IPCA (%)	4,1	4,1
Câmbio (eop R\$/US\$)	3,7	4,0
Selic (eop %)	6,5	7,5
PIB (%)	1,0	2,5

Este material possui cunho meramente informativo, não constituindo qualquer tipo de oferta, convite, proposta ou aconselhamento por parte do Banco ABC Brasil S.A. (“Banco”) aos seus destinatários para quaisquer fins, inclusive, mas não limitado, à contratação ou não de operações financeiras, negócios ou investimentos, bem como quanto ao desenvolvimento por estes, ou não, de quaisquer estratégias correlatas. O envio deste material aos seus destinatários se dá de forma gratuita e por mera liberalidade do Banco, não se configurando como qualquer tipo de produto ou prestação de serviços por parte deste, ao qual fica reservado o direito de descontinuar o envio destas informações a qualquer tempo e sem qualquer tipo de aviso prévio a seus destinatários. As informações contidas neste material foram obtidas de fontes públicas e consideradas razoavelmente apuradas na data de sua divulgação. O Banco não confere aos destinatários deste material qualquer espécie de garantia, direito ou pretensão no que se refere às informações ora apresentadas, bem como quanto à sua exatidão, completude, isenção, confiabilidade ou atualização. Quaisquer decisões, contratações, investimentos, negócios ou estratégias, relacionadas ou não às informações ora apresentadas, deverão ser adotadas, efetuadas ou desenvolvidas pelos destinatários deste material exclusivamente de acordo com seus critérios de avaliação próprios e sob sua integral responsabilidade, com base nas informações por estes obtidas de forma independente e de acordo com a análise e opinião de seus consultores, analistas e administradores próprios. O Banco não será responsável, perante os destinatários deste material ou quaisquer terceiros, por qualquer forma de utilização das informações ora apresentadas, bem como por quaisquer perdas diretas, indiretas ou quaisquer tipos de prejuízos e/ou lucros cessantes que possam ser decorrentes do uso deste conteúdo. Este material e as informações dele constantes somente poderão ser reproduzidos, divulgados ou redistribuídos com a expressa anuência por escrito do Banco. Este material não se constitui, e não deve ser interpretado, para quaisquer fins, como relatório de análise nos termos do artigo 1º da Instrução CVM n.º 483, de 06 de Julho de 2010.